



**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
PLANOS REGULARES DE ACÇÃO – NÚCLEO DE PRÁTICA DESPORTIVA DE
ATLETISMO**

-----PRIMEIRO: **MUNICÍPIO DE CASCAIS**, autarquia local, com o cartão de pessoa colectiva de direito público n.º 505187531 e sede na Praça 5 de Outubro, número 9, em Cascais, representado neste acto pelo Presidente da Câmara Municipal, **ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO**, casado, residente em S. João do Estoril, Cascais, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º e com poderes resultantes do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 68º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, adiante designado por Primeiro Outorgante. -----

-----SEGUNDO: **DESPORTIVO MONTE REAL**, associação sem fins lucrativos, titular do número de identificação de pessoa colectiva 501129995, com sede no Bairro Conde Monte Real, na Rua João de Deus, n.º 121, Tires, São Domingos de Rana, representada neste acto pelo Presidente da Direcção, **JOSÉ MANUEL TEIXEIRA AGUARDELA**, casado, natural da Freguesia de Socorro, Concelho de Lisboa, titular do bilhete de identidade número 314263-9, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, em 3 de Abril de 2008, residente no Bairro Conde Monte Real, Lote 120-2º Esq., Tires, São Domingos de Rana, e pelo Tesoureiro, **HELDER DUARTE RODRIGUES DE ASSUNÇÃO**, casado, natural da Freguesia de S. Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, titular do bilhete de identidade número 2031438-8, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, em 17 de Novembro de 2005, residente na Rua João de Deus, 421, r/c Dtº, Tires, São Domingos de Rana, com poderes para este acto, qualidade e poderes que provaram com a Escritura de Constituição da Associação; Estatutos e sua Publicação no Diário da República n.º 22, III Série, de 27 de Janeiro de 2007 e Acta n.º 88, de 30 de Abril

de 2010, e Acta de Tomada de Posse, de 4 de Maio de 2010, relativa à eleição e posse da nova Direcção para o biénio de 2010 a 2011, documentos cujas fotocópias se arquivaram em 23 de Julho de 2010, na Pasta do Oficial Público, doravante designado por Segundo Outorgante.-----

----- Considerando que:-----

- A) Nos termos conjugados do disposto nos artigos 13.º, n.º 1 alínea f) e 21.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, constitui atribuição municipal o apoio aos tempos livres e ao desporto;-----
- B) Compete à Câmara Municipal de Cascais, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- C) Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro lhe compete, de igual modo, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;-----
- D) O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo; -----
- E) O Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Desportivas, prevê a disponibilização de apoios materiais, humanos, logísticos e ainda a atribuição de participações financeiras, em forma de subsídio ou do suporte indirecto de

despesas, para apoio aos projectos de desenvolvimento desportivo apresentados sob a forma de candidatura pelas entidades desportivas legalmente constituídas, com sede social ou actividade no concelho de Cascais, que se revistam de interesse para o desenvolvimento desportivo; -----

F) O Segundo Outorgante tem como objecto social a promoção cultural dos sócios, através da educação física e desportiva e acção recreativa e intelectual, visando a sua formação humana integral, encontrando-se aberto a pessoas de ambos os sexos, conforme artigo 2.º dos seus Estatutos; -----

G) O Segundo Outorgante, em conformidade com os artigos 11.º e 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, apresentou uma candidatura aos programas de desenvolvimento desportivo disponibilizados por esta Autarquia; -----

-----CELEBRAM o presente Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, de acordo com a deliberação camarária de 25 de Outubro de 2010, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

----- **PRIMEIRA** -----

----- **(Objecto)** -----

-----O presente Contrato-Programa tem por objecto definir as condições em que o Primeiro Outorgante se dispõe a apoiar a execução do programa “Planos regulares de acção – Núcleo de prática desportiva de Atletismo” (cfr. Anexo I).-----

----- **SEGUNDA** -----

----- **(Duração do Contrato)** -----

1. O presente Contrato-Programa tem início na data em que for outorgado por ambas as partes.-----
2. No que respeita à execução do programa de desenvolvimento desportivo, vinculará os Outorgantes até à apresentação do relatório anual de actividade (relatório final)

do ano em que findou o respectivo programa, discutido e aprovado em reunião de assembleia-geral de sócios e entregue até trinta dias após essa data.-----

----- **TERCEIRA** -----

----- **(Obrigações dos Outorgantes)** -----

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a:-----
 - a) Financiar no montante de €1.600,00 (mil e seiscentos Euros), as despesas associadas à implementação do programa ‘Planos regulares de acção – Núcleo de prática desportiva de Atletismo’ (anexo I), estando esta verba inscrita no Plano Plurianual de Investimentos do Município de Cascais, acção 02.005.2002/90.19, com o código de orçamento 15.01.04.07.01 e que se encontra devidamente cabimentada;-----
 - b) Fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, recorrendo a todos os procedimentos administrativos adequados para este fim, nomeadamente através da realização de inspecções, inquéritos e sindicâncias ou determinando a realização de auditoria(s) por entidade externa. -----

2. O Segundo Outorgante compromete-se a:-----
 - a) Executar nos prazos estabelecidos, o cumprimento dos objectivos do presente Contrato-Programa;-----
 - b) Afectar os montantes disponibilizados através do presente Contrato-Programa exclusivamente às finalidades para as quais foram atribuídos, sob pena de devolução integral das importâncias pagas pela Câmara Municipal de Cascais; --
 - c) Realizar, administrar e controlar a implementação dos programas de desenvolvimento desportivo considerados no presente Contrato-Programa;-----
 - d) Sujeitar à aprovação da Câmara Municipal de Cascais, toda e qualquer futura parceria ou contratação com terceiros associada ao desenvolvimento do presente

Contrato-Programa;-----

- e) Publicitar nos seus processos de comunicação uma referência ao “Apoio da Câmara Municipal de Cascais”, e, sempre que possível, reproduzir o logótipo do Município de Cascais respeitando as normas gráficas associadas à sua utilização;-----
- f) Prestar ao Primeiro Outorgante todas as informações por este solicitadas, designadamente quanto à execução do presente Contrato-Programa;-----
- g) Incluir nos seus relatórios anuais de actividade uma referência expressa ao estado de execução do presente Contrato-Programa;-----
- h) Participar activamente nas acções de promoção desportiva implementadas pela Autarquia, mobilizando os seus atletas e equipas para as actividades de demonstração e convívio junto da população de Cascais.-----

-----**QUARTA**-----

-----**(Programa de desenvolvimento desportivo)**-----

-----Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 11.º, nº 1 e 12.º, nºs 1 e 2 do Decreto-Lei nº 273/2009, de 01 de Outubro, encontra-se em anexo o programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante, o qual faz parte integrante do presente Contrato.-----

-----**QUINTA**-----

-----**(Revisão do Contrato)**-----

1. Quando ocorra alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que determinaram os termos do presente Contrato-Programa, deve o Segundo Outorgante, enquanto responsável pela sua execução, propor a revisão dos referidos termos.-----
2. Os Primeiro e Segundo Outorgantes acordam desde já em fixar, por escrito e como

adenda ao presente Contrato-Programa, todos os aspectos e situações de facto que, emergentes do mesmo, não tenham sido objecto do seu clausulado e se venham a revelar necessários à sua boa execução.-----

3. Aplica-se o disposto no número anterior a todos os aspectos e situações de facto que tenham a natureza de dúvidas e omissões, obtido que seja o acordo de ambos outorgantes.-----
4. O presente Contrato-Programa poderá ser revisto nos termos previstos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro.-----

----- **SEXTA** -----

----- **(Resolução do Contrato-Programa)** -----

-----Constituem causas legítimas da resolução do presente Contrato-Programa o incumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 da Cláusula Terceira.-----

----- **SÉTIMA** -----

----- **(Dúvidas e omissões)** -----

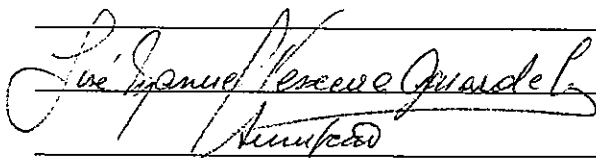
-----As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas deste Contrato-Programa serão resolvidas casuisticamente, por acordo entre as partes, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula Primeira.-----

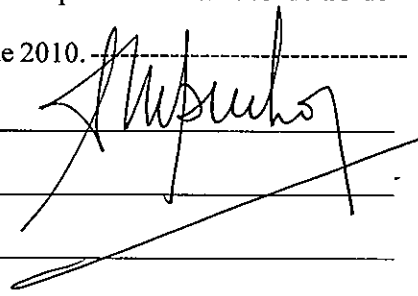
-----Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica isento Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artº. 48.º da Lei nº. 98/97, de 26 de Agosto, alterada e republicada pela Lei nº. 48/2006, de 29 de Agosto, e alterada pela Lei nº 35/2007, de 13 de Agosto, conjugado com nº. 1 artº. 138º da Lei nº. 3-B/2010, de 28 de Abril, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir da data da celebração deste contrato.-----

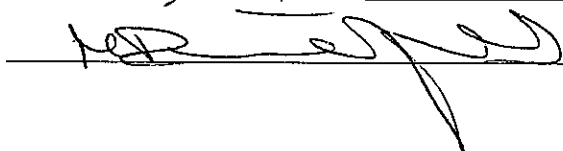
-----Arquivam-se na pasta do Oficial Público declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., em 29 de Junho de 2010 (válida por seis meses) e certidão emitida

pelo Serviço de Finanças de Cascais-2, em 19 de Novembro de 2010 (válida por seis meses).-----

-----E, para constar se lavrou este Contrato-Programa que, depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes, perante mim, Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques, na qualidade de substituta do Oficial Público, nomeada por despacho n.º. 18/2005 de 28 de Fevereiro do Presidente da Câmara. Aos 24 de Novembro de 2010.-----


José Manuel Teixeira Guardal
Assinado

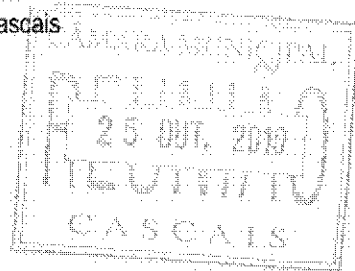




Por favor dar entrada
e devolver ao Deposto.
Bairro de Azeitão

C.M.C. E. 17236

Exmo. Senhor Presidente
Câmara Municipal de Cascais
Praça 5 de Outubro
2754-501 Cascais



Assunto: Candidatura aos Programas de Desenvolvimento Desportivo

No âmbito do Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Desportivas (com as alterações introduzidas à luz do regime jurídico DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro), o Desportivo Monte Real, associação sem fins lucrativos, constituída a 7 de Dezembro de 1976, titular do número de identificação de pessoa colectiva 501129995, com sede social no Bairro Conde Monte Real, na rua João de Deus, nº 121, Tires, 2785-141 S. Domingos de Rana, representada pelo seu Presidente da Direcção José Manuel Teixeira Aguardela, titular do bilhete de identidade com o n.º 314263 e contribuinte nº 135534402, vem por este meio solicitar a Vossa Excelência que se digne a apreciar a candidatura anexa.

☒ Anexo 1 – Planos regulares de acção – Núcleo de prática desportiva de Atletismo

Tires, 13 de Outubro de 2010

O Presidente da Direcção,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Manuel Teixeira Aguardela". The signature is written over a faint, circular stamp that is partially obscured by the ink.

(Assinatura do representante e carimbo da entidade)

**Anexo 1 | Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo
Planos regulares de acção – Núcleo de prática desportiva de ATLETISMO**

(De acordo com a alínea a), do ponto 2, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro)



1. Descrição e caracterização específica das actividades a realizar:

Funcionamento do núcleo de Prática de Atletismo, nos diversos escalões e género existentes, com a realização de treinos regulares de Estrada, Corta-Mato e Pista, ao longo da época desportiva.

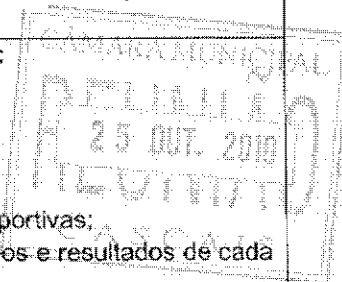
2. Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar:

A modalidade de Atletismo, tem grande tradição na dinâmica do Clube, tendo gerado a mobilização de diversos associados, sendo considerada a mais importante nas modalidades que o Clube implementa.

3. Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa:

Espera-se que no final da época desportiva, sejam:

- 1 - Mantidos/aumentados o número de atletas que integram o núcleo de prática;
- 2 - Assegurada/reforçada a participação dos nossos atletas em competições desportivas;
- 3 - Obtidos resultados desportivos dos nossos atletas, com a melhoria dos tempos e resultados de cada um(a);
- 4 - Obtidos, títulos individuais/colectivos, pelos nossos atletas nas provas desportivas em que iremos participar.



4. Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos:

O Clube dispõe de meios humanos com formação na área de atletismo, bem como da colaboração de diversos dirigentes a título gracioso, não auferindo qualquer remuneração ou ajudas de custo para a actividade desenvolvida. No entanto, o Clube tem que fazer face a diversas despesas directas com o funcionamento do núcleo de prática, nomeadamente:

- Equipamentos dos atletas;
- Despesas com a utilização de instalações de apoio à prática dos atletas;
- Despesa com as deslocações das nossas equipas às provas desportivas;
- Despesas com a inscrição de atletas em provas desportivas realizadas fora do Concelho de Cascais;

5. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições:

O Clube não dispõe de total autonomia financeira para fazer face às despesas inerentes ao funcionamento do núcleo de prática de Atletismo, visto não existirem quaisquer receitas directas provenientes de inscrições e pagamento de mensalidades dos nossos atletas, uma vez que se trata de um núcleo de prática totalmente gratuito.

6. Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver:

Temos vindo a receber em todas as épocas desportivas, apoios financeiros da parte da CMC para compartilhar as despesas com o funcionamento do núcleo de prática atletismo.

Anexo 1 | Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo Planos regulares de acção – Núcleo de prática desportiva de ATLETISMO



(De acordo com a alínea a), do ponto 2, do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro)

Estes apoios estão ainda associados a participação dos nossos atletas no Troféu de Atletismo de Cascais, habitualmente implementado pelo Município que tem um regulamento aprovado pelo Executivo Municipal.

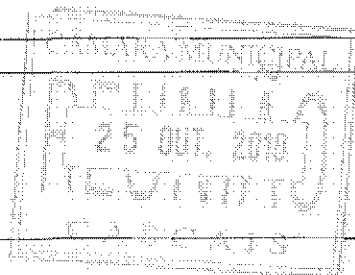
Para além do apoio agora solicitado, o Município comparticipa o clube com as despesas associadas à inscrição e seguro dos nossos atletas no escalão júnior e de todas as nossas atletas femininas nos escalões de júnior e sénior, bem como as despesas associadas aos custos de homologação das provas que realizamos, junto da Associação de Atletismo de Lisboa.

O Município disponibiliza ainda diversos apoios logísticos e financeiros associados à organização das provas que compõem o Troféu de Atletismo de Cascais, competições em que os atletas considerados na presente candidatura participam.

7. Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo:

O Programa de actividades desportivas regulares do nosso núcleo de prática, acompanha a época desportiva e o calendário oficial da Associação de Atletismo de Lisboa e da Federação Portuguesa de Atletismo, correspondendo ao período entre 16 de Outubro e 15 Outubro do ano seguinte. Anualmente é aprovado pelo Município de Cascais o regulamento e calendário de provas em causa.

Observações:



Assinatura do representante e carimbo da entidade

DESPORTIVO MONTE REAL
TINAS
R. 2785 - BOMINCOS DE PARA F

Data: 13/10/2010